

ARTIGO

Capital internacional e reversão neocolonial, por Plínio de Arruda Sampaio Jr.

ARTIGO

Brasil: alguns efeitos da desnacionalização acelerada, por Tânia Bacelar de Araújo

DOCUMENTO

O imbróglio da correção do FGTS

ARTIGO

A dívida do município do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas, por Mirelli Malaguti e Camilla Borges Sampaio

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

FUNDEF, Fórum Social Mundial, Fórum responde, Orçamento Carioca, Emenda para a Saúde

ELEIÇÕES

RENOVAÇÃO DO 3º TERÇO DE CONSELHEIROS

PÁG. 16

Precisamos reaprender a olhar para nós

Em entrevista ao JE, a prof^a Maria da Conceição Tavares analisa as profundas transformações ocorridas na última década, quer no plano ideológico, quer no plano estrutural, que nos levam a retomar com mais intensidade o debate sobre a desigualdade, a concentração da riqueza e o caráter predatório do capitalismo neste fim de século, e obriga as forças sociais e políticas a serem capazes de desenhar uma alternativa.

páginas 8 a 10



"COMPOSIÇÃO ABSTRATA", DE FAYGA OSTROWER, REPRODUÇÃO MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca, telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica, tel. (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel. (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa. **Conselheiros Suplentes:** Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homysy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608/1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel. (21) 262-2535 – Telefax: (21) 533-7891 e 533-2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel. (21) 509-1077 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Entre os dias 02 e 07 do mês de setembro foi realizado o plebiscito nacional da Dívida Externa dentro da campanha "Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas". Promovido por diversas entidades da sociedade civil, CNBB/Caritas, MST, IAB, Cese, CMP e CONIC, incluindo as entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro, contou com a participação de mais de 5 milhões de brasileiras e de brasileiros, dos quais 90% votaram não ao acordo com o FMI e ao endividamento, dando uma clara sinalização de rechaço a atual política econômica, contra o processo de desconstrução nacional e desestruturação produtiva, e o impacto destrutivo da dívida sobre as finanças públicas.

Alvo de insistentes ataques por parte das autoridades governamentais, o plebiscito permitiu a reflexão e o debate pela população, sobre quem recaem os custos das decisões de política adotadas.

Raras vezes em nossa história, uma iniciativa dessa natureza mobilizou atores tão diversos em torno de uma única causa, trazer o tema das dívidas, que estava encoberto, para incluí-lo como ponto central do debate nacional.

Abaixo apresentamos o resultado a nível Brasil que retrata a opinião popular sobre as três questões levantadas: i) o governo brasileiro deve manter o

atual acordo com o FMI?; ii) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de

1988?; iii) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Perguntas	Sim	%	RESULTADO NACIONAL				Nulos	%
			Não	%	Branco	%		
1 - Sobre o acordo com o FMI	249.861	4,56	5.136.272	93,79	66.587	1,22	23.395	0,43
2 - Sobre a auditoria da Dívida	119.847	2,19	5.287.267	96,55	49.333	0,90	19.668	0,36
3 - Sobre a Dívida interna	134.156	2,45	5.119.896	94,92	71.529	1,31	72.534	1,32

O endividamento interno e externo não são fenômenos naturais, nem tampouco inevitáveis. São produzidos de forma consciente por setores sociais que deles se beneficiam e nesse sentido o resultado do plebiscito, com a ampla participação verificada é um alerta dos formuladores de política econômica, cuja adesão ao receituário neoliberal tornou o país refém do capital financeiro internacional.

O enfrentamento da atual crise social requer uma completa reformulação das políticas de Estado, que permitam retomar o controle econômico e financeiro do país em novas bases. É fundamental ter claro, e isto o plebiscito mostrou, que o Brasil só terá controle de seu destino como nação se mudar radicalmente as relações de subordinação do Estado ao poder econômico, em particular o financeiro internacional, para promover o desenvolvimento com bases territoriais e sociais amplos. Ao contrário do

que ocorreu no passado, nossa inserção na economia global não tem como pano de fundo uma divisão internacional do trabalho que, embora desigual, assegure um desenvolvimento sustentável e dinâmico.

Em síntese como diz a prof^a Maria da Conceição Tavares "a nossa liberalização financeira e cambial é apenas uma forma de subordinação à nova ordem financeira global, que nos torna prisioneiro de uma situação de endividamento externo crescente e não financiável a médio prazo". É necessário romper o impasse da subordinação externa e dos pressupostos ditados pelos organismos internacionais.

Como nos diz o documento das entidades promotoras do plebiscito "Que o grito seja ouvido em todos os cantos do nosso país e do mundo, e que sua energia se reproduza na continuidade da luta por um Brasil de igualdade, democracia e vida... A vida acima da dívida! "

CAPA/ARTE

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras de seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o Jornal dos Economistas reproduz na capa uma obra de Fayga Ostrower. Gravadora e pintora brasileira (Lodz, Polônia, 1920), estudou desenho na Sociedade Brasileira de Belas Artes, no Rio de Janeiro e, a partir de 1946, no curso de Artes Gráficas da Fundação Getúlio Vargas. Recebeu o Prêmio Internacional de Gravura na XXIX Bienal de Veneza (1958) e primeiro prêmio no I Certame Interamericano de Xilogravura, em Buenos Aires (1960)

Nota técnica (capa): "Composição Abstrata" Água-Tinta, Ponta-Seca e Água-Forte – dimensões: 19,6 x 32,6 cm. Reprodução: João Dias.

ARTIGO

por Plínio de Arruda Sampaio Jr.

Capital internacional e reversão neocolonial

A desnacionalização acelera da economia brasileira reacende o debate sobre o papel do capital internacional no desenvolvimento nacional. Para os neoliberais, o investimento externo é condição *sine qua non* do progresso. Para os nostálgicos do Nacional Desenvolvimentismo, a associação com o capital estrangeiro, desde que devidamente enquadrada pela política industrial, é fundamental para que o país possa impulsionar o avanço das forças produtivas. Os primeiros abstraem as contradições geradas pela desnacionalização da economia, apresentando uma visão idílica do processo de globalização. Os segundos superestimam o raio de manobra das economias dependentes diante do capital financeiro internacional, ignorando as condições externas e internas muito peculiares que permitem conciliar dependência e desenvolvimento.

Ao transformar a atração de capital internacional em um fim em si, o enfoque apologético impede a definição de critérios racionais para orientar o papel dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento. Simples meio de acesso ao progresso técnico do centro capitalista, em princípio o capital externo serve para viabilizar a absorção de estruturas econômicas consideradas fundamentais pela sociedade. Contudo, como o impacto da entrada de capitais sobre a economia hospedeira não é neutro (repercutindo de maneira direta e indireta sobre os mecanismos de geração, apropriação e utilização do excedente social), a conveniência de contar com a tecnologia das multinacionais não pode ser desvinculada de seus efeitos de longo prazo sobre a capacidade da sociedade de preservar o controle sobre os fins e os meios de desenvolvimento econômico. Por isso, a contribuição das empresas transnacionais para o desenvolvimento deve ser avaliada levando em consi-

deração um conjunto de questões.

A importância relativa do investimento estrangeiro depende da essencialidade do progresso técnico de que ele é portador, o que é determinado pelos objetivos estratégicos que orientam o estilo de desenvolvimento. O recurso ao capital internacional só se caracteriza como um expediente indispensável de acesso ao progresso técnico quando o país não dispõe de outros meios para obtê-lo (seja pela deficiência na capacidade de importação, seja pela estreiteza da estrutura técnica e financeira dos agentes produtivos nacionais, seja porque as tecnologias desejadas simplesmente não estão disponíveis no mercado internacional).

No entanto, a sociedade dependente que apela para as empresas transnacionais para impulsionar a incorporação de progresso técnico não pode ignorar os potenciais efeitos negativos de sua presença sobre o caráter das forças produtivas, o funcionamento do mercado de trabalho, o perfil do mercado consumidor, a solidez do capital nacional e a integridade dos "centros interinos de decisão". Os problemas surgem do fato de que a estreiteza do mercado interno não permite que o espaço econômico nacional se afirme como ponto de partida e chegada do movimento de valorização do capital internacional. A incerteza radical que daí decorre transforma as expectativas de longo prazo, que condicionam as decisões de investimento, num caleidoscópio ultra-sensível. Nessas circunstâncias, a racionalidade do lucro adquire uma lógica especulativa que exacerba a natureza predatória do capitalismo.

Quando as exigências dos grandes oligopólios internacionais para participar da economia nacional implicam subordinação do padrão de consumo às suas estratégias de diversificação do consumo conspícuos; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos em conta

corrente; perpetuação do desemprego estrutural devido à inadequação tecnológica; asfixia da base empresarial doméstica; forte instabilidade econômica; e elevado risco de crises de reversão estrutural do parque produtivo, então, evidentemente, o capital internacional não pode ser considerado como um parceiro que só traz benefícios para o desenvolvimento.

Enquanto a presença dominante do capital internacional na vida do país não comprometer os processos históricos responsáveis pela formação da nação, pode-se considerar que, ainda que de maneira contraditória, sua presença contribui positivamente para o avanço do desenvolvimento, aumentando o excedente social e expandindo as forças produtivas. Contudo, a partir do momento em que a contradição entre dependência externa e afirmação da autonomia relativa do espaço econômico nacional se transforma em antagonismo aberto, a sociedade dependente está obrigada a superar os nexos externos e internos responsáveis pela continuidade da situação de dependência. A propriedade de se contar com investimentos externos como meio de impulsionar o avanço das forças produtivas depende, portanto, de condições históricas muito particulares.

O traço distintivo da globalização consiste na extrema volatilidade dos nexos do capital com o espaço econômico nacional e no dramático enfraquecimento dos Estados nacionais, tendências que se manifestam com força redobrada nas economias dependentes. A situação é bem diferente da fase final de difusão do fordismo, quando as multinacionais transferiam-se para a periferia para explorar mercados protegidos da concorrência de produtos importados. Na era da globalização, a integração dos circuitos de circulação da moeda internacional levou o capital financeiro a procurar investimentos que

lhe garantam máxima mobilidade, mínimo risco e altíssima rentabilidade. Nessas circunstâncias, não convém às multinacionais defrontar-se com fronteiras econômicas impermeáveis nem Estados nacionais fortes, razão pela qual pressionam pela diluição das economias dependentes no mercado global.

Transformadas em meros "mercados emergentes", as economias da periferia tornam-se alvo de verdadeiras operações de pilhagem por parte de grandes conglomerados internacionais interessados em tirar proveito de operações de privatizações, fusões e aquisições; em utilizar o poder de monopólio para controlar segmentos inteiros do mercado nacional e internacional; em aproveitar a fragilidade e o desespero dos países periféricos para extorquir-lhes polpidos recursos, sob a forma de benefícios fiscais e financeiros; bem como em explorar vantagens comparativas decorrentes do controle de matérias primas estratégicas e da presença de mão-de-obra barata.

Ao sancionar as tendências do sistema capitalista mundial, a orientação neoliberal da política econômica de Collor e de FHC reduziu a zero o poder de negociação do País com as multinacionais. Ao subordinar a entrada de investimentos estrangeiros ao objetivo maior de promover uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo (decisão que permitiu o acesso das parcelas mais abastadas da população brasileira aos últimos gadgets da economia mundial), a coalizão conservadora que assumiu o poder no início dos anos noventa fez, na prática, uma opção preferencial pela continuidade do subdesenvolvimento e da dependência externa. Assim, a relação de adequação de meios a fins que deveria presidir a ação das autoridades nacionais ficou invertida. Desde então, a economia e a sociedade ficaram sujeitas de maneira absoluta aos caprichos do capital

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 29,05.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 19,95.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 20,30.

Oferta de Moeda na Macroeconomia, Demian Fiocca.
Preço com desconto: R\$ 14,70.

ABC da Dívida Externa, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 9,10.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

ARTIGO

financeiro internacional.

País de dimensão continental, marcado por fortes heterogeneidades sociais e regionais, elevados índices de urbanização e vasto parque industrial sem condição de suportar a concorrência internacional, o Brasil tem se revelado particularmente vulnerável aos efeitos destrutivos da ordem global. Exposto à fúria da concorrência global, o país ficou exposto a processos econômicos e políticos que tendem a desarticular os centros internos de decisão, dismantelar o sistema econômico nacional e fragmentar o território nacional.

A presença dominante do capital internacional na vida nacional representa, portanto, uma grave ameaça de reversão neocolonial. O balanço de uma década de ajuste neoliberal parece confirmar plenamente a sombria previsão de Celso Furtado, no início dos anos noventa: "Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de

miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional".

O diagnóstico de que o Brasil vive um perigoso processo de reversão neocolonial aponta para a urgência de uma ruptura com a situação de dependência externa. O ponto crucial consiste em inverter o modo de participação no sistema capitalista mundial. Ao invés de ajustar a economia brasileira às exigências do capital internacional, a política econômica deve ajustar a presença do capital internacional às exigências da sociedade nacional.

Ao abrir novos horizontes para o desenvolvimento nacional, a ruptura com o capitalismo dependente representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções da sociedade brasileira à escolha binária entre o modernismo

desvairado dos neoliberais e a nostalgia do nacional desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita que a vida nacional continue condicionada pelo estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de modernização dos padrões de consumo. Sem uma perspectiva que questione os parâmetros responsáveis pela continuidade da dependência, o debate da política econômica continuará oferecendo alternativas tacanhas: maior ou menor crescimento econômico; maior ou menor marginalidade social; e maior ou menor dependência externa.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. é professor do Instituto de Economia da Unicamp, Técnico da Diretoria de Economia do Setor Público da Fundap, autor do livro "Entre a Nação e a Barbárie", Editora Vozes.

LANÇAMENTO

No dia 20 de novembro, o economista Paulo Nogueira Batista Junior, da FV-SP estará lançando, a partir das 20 horas, na Livraria Argumento, no Leblon, o seu novo livro "A economia como ela é...", editado pela Boitempo Editoria. O livro é uma coletânea de ensaios do autor e maiores detalhes serão divulgados no próximo JE.

CICLO DE DEBATES COFECON/ABET

"A QUESTÃO DO DESEMPREGO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS"

Dia: 27 de novembro de 2000 • RIO DE JANEIRO/RJ • Horário: 18:00 horas

Dando continuidade ao evento que se iniciou em 30 de junho de 2000 em Belo Horizonte/MG, o Conselho Federal de Economia (COFECON), em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) estarão realizando no dia 26 de outubro em Recife/PE – no auditório da Federação das Indústrias de Pernambuco/FIEPE e, finalmente, em 27 de novembro na cidade do Rio de Janeiro – no Instituto de Economia da UFRJ, mais dois importantes debates sobre o tema em questão, cumprindo desta forma, o objetivo de promover, em diversos pontos do país, uma intensa discussão sobre o grave problema econômico e social que atinge a população brasileira: o desemprego.

O desenho deste ciclo propõe uma análise da questão do desemprego no país, contemplando suas dimensões nacional e regional e os instrumentos de políticas públicas disponíveis. O COFECON e a ABET, mais do que promoverem um evento sobre a realidade brasileira estão estimulando e mesmo provocando o debate, esperando, com essa iniciativa, contribuir para a formula-

ção de políticas públicas efetivas compatíveis com a gravidade e complexidade do mercado de trabalho brasileiro. Segue abaixo a programação do debate a ser realizado no RJ, com o apoio do Corecon/RJ e do IE/UFRJ.

Data: 27 de novembro, às 18 horas.

Local: Instituto de Economia/UFRJ.

Coord. Técnica do Evento: Adhemar dos S. Mineiro (DIEESE/RJ e COFECON)

Expositores:

Maria Cristina Cacciamali (USP/ABET); João Sabóia (UFRJ/ABET); Ademir Figueiredo (Supervisor Técnico do DIEESE/RJ) e um representante da área empresarial

Informações Complementares:

COFECON – Conselho Federal de Economia – www.cofecon.org.br

ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet

ARTIGO

por Tânia Bacelar de Araújo

Brasil: alguns efeitos da desnacionalização acelerada

Nos anos noventa, tem se freqüentemente divulgado notícias isoladas sobre a venda de empresas brasileiras – públicas e privadas – a grandes grupos transnacionais. E a exaltado a capacidade do país para atrair o capital externo.

Os mais atentos percebem, assim, o avanço da desnacionalização do tecido produtivo do país. Estudos recentes, com os dados agregados, dão a real dimensão do ocorrido. O excelente livro de Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, “Globalização e Desnacionalização”, faz uma nítida radiografia das tendências recentes e suas análises surpreendem até os mais avisados.

Como se sabe, o veículo da desnacionalização é a entrada do Investimento Direto do Estrangeiro (o IDE), cuja velocidade de crescimento nos anos pós Plano Real foi alucinante. Em 1994, a entrada anual foi de US\$ 1 Bi. Em 1995, já havia quintuplicado, e daí em diante só fez crescer: US\$ 10 Bi em 96, US\$ 17 Bi em 97 e US\$ 26 Bi em 98. Em 1999, com a forte desvalorização da moeda brasileira, os ativos em real ficaram ainda mais baratos para os compradores estrangeiros e o país recebeu US\$ 30 Bi de IDE. O fluxo acumulado de 1995 a 1999 supera US\$ 88 Bi, dos quais 2/3 comprou empresas já existentes, ao invés de ampliá-las ou implantar novas. Com isso, enquanto no início da atual década, apenas, 8% do PIB nacional era gerado por empresas estrangeiras, esse percentual já atinge 20%, grau de desnacionalização muito maior que o observado nos EUA ou Alemanha (10%), França (12%) ou México (15%), segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Os setores mais afetados pelo avanço da desnacionalização foram, segundo Gonçalves, os da mineração, de autopeças, de laticínios, os bancos, o segmento de seguros, a produção e distribuição de energia elé-

trica, os serviços de comunicações e os supermercados. Mesmo as maiores empresas não escaparam da voracidade desse processo, como ocorreu com a rede Bompreço.

Os principais mecanismos impulsionadores desse movimento têm sido: as fusões e aquisições; as privatizações e a desregulamentação; e a pura extinção de grupos nacionais. É certo que em muitos segmentos o processo de centralização de capitais e o aumento da escala dos produtores se dá a nível mundial (globalização intensa comandada pelos grandes conglomerados), como é o caso dos supermercados ou da produção de autopeças.

Mas, no nosso caso, a política econômica “brasileira” exerce um papel importante para promover a desnacionalização na dimensão e na rapidez com que ela vem se dando. Políticas como a de desregulamentação, a de abertura comercial rápida, as privatizações (com venda de ativos em leilões) e, especialmente, as políticas macroeconômicas associadas ao Plano Real, têm forte poder explicativo para a desnacionalização acelerada dos últimos anos.

Conseqüências importantes derivam desse processo. Tanto no curto como no médio prazos. Conseqüências que têm tendido a serem minimizadas.

No curto prazo, em um país com grave desequilíbrio no Balanço de Pagamentos (elevado déficit em Conta Corrente, criado pela avalanche de importações estimulada pelo Plano Real) a entrada de IDE é saudada como altamente positiva na medida em que ajuda a financiar o déficit externo e equilibrar o balanço cambial. Mas há um outro lado, menos enfatizado: tem-se, agora, um rápido movimento de elevação das Remessas de Lucro e Dividendos. De valores insignificantes, observados antes de 1994 se passa para um fluxo líquido de US\$ 4 Bi, em 96 e de US\$ 10 Bi, em 1999. E como os

serviços (não comercializáveis) estão entre os segmentos mais desnacionalizados, amplia – se a remessa de lucros, enquanto o impacto sobre as exportações é mínimo. Por outro lado, as empresas estrangeiras têm uma propensão para importar maior que as nacionais, e isso explica parte da dificuldade para gerar o necessário saldo comercial do país, mesmo depois da desvalorização cambial.

E o saldo negativo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente vai ficando rígido, no seu patamar atual (cerca de US\$ 25 Bi), pois nele pesam dois componentes de difícil manuseio: os compromissos com a Dívida Externa (advindos da renegociação realizada anos atrás) e as remessas de lucros e dividendos, aqui referidas.

Olhando a mais longo prazo, outras questões se colocam. Uma delas é o aumento do desemprego, resultante de processos de enxugamento realizados pelos novos donos das empresas ou da importação de mão de obra dos países onde estão as matrizes e centros de decisão dos grupos compradores.

Mas o mais importante é a importação de tecnologia e, especialmente, a redução da demanda por pesquisas nos centros e universidades nacionais.

O relatório da UNCTAD (World investment report, 1999) publica estudo dos professores da UFRJ que destacam pontos relevantes sobre os quais deve-se refletir. Cassiolato e Helena Lastres chamam a atenção para o aumento da participação das empresas transnacionais na capacidade de inovação de diversos setores produtivos do Brasil. E a redução, internamente, das atividades de P&D. Destacam o que vem ocorrendo em setores importantes no tecido produtivo do país, como o de autopeças e telecomunicações. No primeiro, as atividades de inovação foram transferidas para Centros de Pesquisa das firmas estrangeiras localizadas no exterior. Em Minas Gerais, há

alguns anos, se destacava a estratégia de “mineirização” da FIAT, que já chegava a atividades como o *design*. Agora fala-se crescentemente em “italianização”.

No caso das telecomunicações, quando as empresas eram nacionais, as atividades de P&D eram realizadas no país, com ampla participação de centros de pesquisa de nossas Universidades (a Unicamp, no Sudeste, o Departamento de Física da UFPE, no NE, entre outros, eram acionados). A demanda agora é redirecionada para atividades de adaptação das tecnologias geradas no exterior. Por outro lado, os novos proprietários reduziram a presença dessas empresas nas redes locais de cooperação, já que têm laços fortes de cooperação com fornecedores e outros agentes instalados no exterior.

Vale lembrar que se pode negociar posturas diferentes. Muitos países o fazem. Afinal, nossas empresas foram adquiridas a preços módicos e mais que isso, ganharam espaço ou acesso a um de nossos maiores patrimônios: o fantástico e dinâmico mercado interno brasileiro. Especialmente amplo e dinâmico no caso das telecomunicações.

Além disso, com o avanço acelerado da desnacionalização, perdemos um recurso escasso, patrimônio de difícil e longa construção: capacidade empresarial. A maioria esmagadora dos empresários brasileiros que venderam suas empresas aplicaram a maior parte dos recursos recebidos em ativos financeiros. Como se diria popularmente: passaram a “viver de renda”.

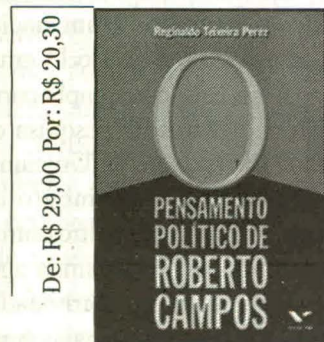
No plano político também há impactos no longo prazo. Tende a mudar a correlação de forças internas, com perda de peso relativo dos agentes nacionais, sem falar que se perde espaço de soberania.

Nesse contexto, a voz ativa de Barbosa Lima fará, mais que nunca, muita falta.

Tânia Bacelar de Araújo é economista, prof.^a da UFPE. Conselheira do COFECON.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

- ▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20
- ▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70
- ▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10
- ▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60
- ▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- ▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70
- ▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50
- ▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40
- ▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

DOCUMENTO

O imbróglio da correção do FGTS

Os ministros do STF reconheceram o direito dos trabalhadores à reposição dos saldos do FGTS referentes expurgos ocasionados pelos planos econômicos, Verão (janeiro 89) e Collor I (abril de 90). As contas do FGTS deverão ser corrigidas em 68,9%, sendo 16,65% sobre as contas ativas em fevereiro de 89 e 44,80% sobre as contas ativas até maio de 90.

Esta decisão tomou conta da mídia, uma vez que se trata da maior condenação (levando em consideração o total de contas que deverão ser corrigidas) já proferida pela Justiça no Brasil. E como os credores são todos os trabalhadores que a partir de janeiro de 89 tinham conta vinculada ao sistema do FGTS, se estima que são portadores deste direito cerca de 15 milhões de trabalhadores.

Os Sindicatos e trabalhadores, que até então não haviam ingresado com ação com este pedido, estão correndo atrás do tempo perdido para serem beneficiados com esta decisão. Mas algumas dúvidas tem sido suscitadas em face das diversas informações que estão sendo veiculadas na mídia. Principalmente, as creditadas ao governo federal, tal como a possibilidade de edição de medida provisória, para restringir o direito somente para aqueles que já ingressaram com ação na Justiça (reduzindo o prazo prescricional de 30 para 5 anos), hora dizendo que estenderá o pagamento, mediante acordo para todos os trabalhadores interessados.

O certo é que a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República divulgou no dia 21.09.2000 nota referente ao assunto. Nesta o governo federal, enfim, admite a derrota que sofreu no STF. Após tentar de todas as formas frustrar a vitória dos trabalhadores, ao longo de demorada

batalha judicial, o Presidente da República mudou a sua estratégia.

Contudo, a nota da Presidência da República não oferece garantia concreta de que haverá o pagamento das correções monetárias do FGTS. Trata-se apenas de manifestação de intenção futura e condicionada a diversos fatores.

De acordo com a nota do governo, qualquer providência depende da publicação da decisão do STF, depois de revisados os votos por cada um dos 11 ministros, o que, certamente, deve demorar pelo menos algumas semanas. E mesmo assim, o Presidente determinou que, uma vez publicada, esta decisão deverá ser "analisada" pela Advocacia Geral da União. Diz ainda que, concluída esta etapa, o Ministro do Trabalho ficará autorizado a "iniciar entendimentos" com as organizações sindicais para sugerir formas de estender as correções do FGTS a todos os trabalhadores que tenham direito.

Esta negociação, que tende a ser complexa e sem garantia de êxito (pois não se conhece a proposta do governo), terá, ainda, alguns condicionamentos, segundo a nota da Presidência da República.

A nota deixa claro que o próprio FGTS terá a responsabilidade pelo pagamento, mas não diz como isso poderá ser feito já que o valor devido representa cerca de quatro vezes o patrimônio que o FGTS dispõe em caixa hoje. O Banco Central calculou que serão necessários cerca de R\$ 38 bilhões. Os cálculos dos advogados dos trabalhadores indicam que a dívida é de R\$ 34 bilhões. Já o Fundo possui apenas R\$ 9 bilhões em caixa.

A solução cabível seria a responsabilização do Tesouro Nacional, ou seja, da União. Neste caso, o pagamento, mesmo em caso de acordo, só poderá ocorrer mediante a inclusão da dívida na

previsão orçamentária em 2.001 e expedição de precatórios para pagamento em 2.002. Mas o governo anunciou desde logo que pretende utilizar apenas recursos do FGTS para pagar a dívida, o que é inviável.

Em síntese, não se pode concluir que a proposta do governo efetivamente assegure o direito dos trabalhadores, tampouco que se alcance sequer algum consenso nas negociações anunciadas.

Um quadro mais claro acerca das intenções do governo somente será definido após as eleições. Até lá, não será recomendável suspender as providências encaminhadas para obter pela via judicial as correções do FGTS dos trabalhadores.

Sendo assim, o SINDECON está estudando com a sua Assessoria Jurídica os meios que serão utilizados para ingressar com ação judicial para os associados que se mostrarem interessados em ingressar com o pedido de correção do saldo do FGTS.

Assessoria Jurídica já nos informou que para viabilizar a execução (cálculos) e efetivação (pagamento) da sentença judicial, a ação deverá ser individual, podendo ser agrupado 10 indivíduos por ação. Para ingressar com a ação será necessário o pagamento de uma taxa para cobrir as despesas com custas judiciais e material administrativo, pois a montagem e acompanhamento das ações representarão um custo adicional ao Sindicato e ao Escritório da Assessoria Jurídica. O certo é que o valor a ser estipulado, após estudo da diretoria, será bem inferior ao cobrado pelos advogados particulares. Brevemente o Sindicato estará informando o valor desta taxa.

Diretoria Colegiada do Sindecon

ARTIGO

PALESTRA/SEMINÁRIO

"New and Old Institutionalisms: Law, State and Economy" com o prof. Geoffrey Hodgson

O Conselho Federal de Economia, o Conselho Regional de Economia, em conjunto com a Universidade Candido Mendes de Ipanema, e o CPDA (Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) convidam os interessados a assistirem a palestra "New and Old Institutionalisms: Law, State and Economy" do **prof. Geoffrey Hodgson**, da University of Hertfordshire, no **DIA 19 DE OUTUBRO**, às 19 horas, no campus da Universidade Candido Mendes, em Ipanema.

O prof. Geoffrey Hodgson é conhecido por sua relevante contribuição ao pensamento econômico institucionalista. Suas principais publicações são: "Economics and Utopia (1999)", "Economics and Evolution" (Polity Press, 1993) e "Economics and Institutions" (1993).

Coordenação: profª Ana Célia Castro (CPDA/UFRRJ); debatedor: prof. Leonardo Burlamarqui (UCM, Ipanema). Informações: telefone 232-8178 (Corecon/RJ) e 220-1248 (Cofecon).

O Conselho Regional de Economia aproveita para comunicar o Seminário organizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Av. Pasteur, 250) - **DIA 20 DE OUTUBRO**, às 15:30 horas; com Uskali Mäki - "Economic Imperialism: Concepts and Constrains"; coordenação: profª Angela Ganem; debatedor: prof. Ricardo Tolipan.

ASSUMA O CONTROLE DA SUA CARREIRA

Empresa multinacional, associada a expressivo grupo nacional, líderes em seus segmentos e com participação expressiva no cenário internacional, em processo de expansão, busca identificar talentos profissionais altamente qualificados como você, para compor seus quadros.

Pessoas com:

- Formação superior completa e/ou pós-graduação.
- Dinamismo, espírito e visão de um empreendedor.
- Resultados expressivos em sua carreira e que busquem mais.

Encaminhar seu curriculum vitae para o e-mail: hleao@uol.com.br ou hleao@ax.apc.org.



Pós-Graduação
Lato Sensu



Centro de Referência em
Inteligência Empresarial

Inteligência Empresarial e Gestão

mbkm - Master on Business and Knowledge

Aulas no Centro do Rio

A COPPE/UFRI e o INDEC, através de convênio firmado com o Conselho Regional de Economia - RJ, está proporcionando desconto de 8% no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento, para os economistas registrados e em dia com suas anuidades.

Desenvolvido sob ótica estratégica, no contexto da nova economia, prepara profissionais e executivos para conceberem e liderarem programas e ações de Gestão do Conhecimento, capacitando suas organizações a identificar e desenvolver processos, produtos e serviços baseados em conhecimento, tecnologia e inovação.

Informações e Inscrições.

Rua Sete de Setembro, 92/1705
Tel: 242-3731 ou 242-0769
<http://www.indec.com.br>
E-mail: indec@indec.com.br



INSTITUTO
NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
EM EDUCAÇÃO
CONTINUADA

PROCESSO DE SELEÇÃO

O Corecon/RJ, está selecionando profissional para ocupar o cargo de ASSISTENTE EXECUTIVA.

Perfil desejado: Nível superior, redação própria, conhecimento em informática, (Windows, Word, Excel e Access).

Os curriculums deverão ser entregues, até as 17:00h do dia 25/10/00, na portaria do prédio, situado na Av. Rio Branco 109, endereçados da seguinte forma:

Conselho Regional de Economia
Av. Rio Branco - 19º andar.
Centro - Rio de Janeiro - RJ

PRÊMIO

VIII PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA com o apoio do Banco do Brasil, lança o VIII Prêmio Brasil de Economia.

Categorias Livro e Tese de Doutorado, Artigo e Estudante. A data de entrega dos trabalhos, inicialmente prevista para o dia 29 de setembro, foi prorrogada para o dia **30 de outubro de 2000**. Os valores de premiação em cada categoria são os seguintes:

- 1) Livro e Tese de Doutorado (Economista) - R\$ 4.000,000.
- 2) Categoria Artigo (Economista) - 1º lugar: R\$ 2.500,00; 2º lugar: R\$ 2.000,00 e 3º lugar: R\$ 1.500,00.
- 3) Categoria Monografia de Graduação (Estudante) - 1º lugar: R\$1.500,00; 2º lugar: R\$ 1.000,00 e 3º lugar: R\$ 500,00.

Informações Adicionais:

www.cofecon.org.br
cofecon@cofecon.org.br
Telefax: (00xx21) 220-1248

PRÊMIO

XI PRÊMIO DE MONOGRAFIA

Conselho Regional de Economia da 1ª Região/RJ

Inscrições: de 02 a 16 de Outubro de 2000

Instituído em 1990, este prêmio tem o objetivo de contemplar os melhores trabalhos de conclusão de cursos de graduação em economia dos estudantes de instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro. Podem concorrer, no máximo 04 (quatro) trabalhos por instituição, concluídos nos dois últimos semestres, ou seja, do 2º semestre de 1999 e 1º semestre de 2000, indicados pelo Departamento de Economia das Instituições. Os trabalhos deverão ser inéditos (não publicados). Para inscrição, exige-se a concordância do autor, que deverá ser feita sob pseudônimo. Os trabalhos deverão ser entregues em 05 (cinco) vias datilografadas ou digitadas.

1º Prêmio: R\$ 1.800,00 • 2º Prêmio: R\$ 800,00 • 3º Prêmio: R\$ 400,00

O regulamento do concurso encontra-se à disposição dos interessados na sede do CORECON/RJ - Av. Rio Branco, 109/19º andar, Centro/RJ.

— ENTREVISTA —

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Precisamos reaprender a olhar para nós

Nesta entrevista, dada ao Cofecon Notícias, permitida a reprodução no JE do Corecon-RJ, Maria da Conceição Tavares analisa as conseqüências do modelo ultraliberal a que foram submetidos os países em desenvolvimento e a posição do Brasil diante de um "império" que se expandiu em demasia. Autora do livro "Poder e dinheiro: uma economia política da globalização", em parceria com José Luís Fiori, editora Vozes, afirma que a concentração do poder político e financeiro existente no mundo contemporâneo, não é o resultado espontâneo do aumento da competição e da eficiência dos "mercados globalizados" mas de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, em que os EUA tentam impor os conceitos de uma "ordem unipolar".

COFECON: *Que elemento novo você destacaria no cenário mundial neste início de década?*

CONCEIÇÃO: Estamos em um mundo submetido a violentas transformações. Seja no plano ideológico, seja no estrutural, a última década assistiu à desagregação de direitos e conquistas sociais em grande número de países; a ideologia socialista experimentou grande derrota; um imenso império foi destruído sem um tiro. Num primeiro momento, criou-se uma unanimidade em torno da vitória do capitalismo liberal e da idéia de que estava em curso a criação de uma nova ordem mundial. Hoje, porém, o cenário já é outro. A ideologia neoliberal está em descrédito nos meios intelectuais por toda parte, e tornou-se evidente que a nova ordem é uma Pax Americana, incapaz de ordenar o mundo de forma pacífica, garantindo um mínimo de bem-estar e desenvolvimento para todos. A discussão de uma terceira via, por sua vez, foi uma mistificação para salvar a face de alguns ex-socialdemocratas. Estamos, pois, de volta ao debate secular sobre a desigualdade, a concentração da riqueza e o caráter predatório do capitalismo. O problema é que somos capazes de dizer o que não queremos, mas não temos referências claras sobre uma proposta realista de futuro. O capitalismo, de novo, já não parece ser uma coisa muito boa, com sua expansão mundial totalmente desequilibrada, mas ainda não apareceram forças sociais e políticas capazes de desenhar uma alternativa.

Em relação a dez anos atrás, o

que há de novo, a meu ver, é que a hegemonia moral dos Estados Unidos, retomada na década de 1980, degenerou em um poder cada vez mais imperial. O *american way of life* não está mais conquistando ampla aceitação moral, e mesmo no mundo ocidental há uma consciência crescente de que o modelo ultraliberal – cada um por si, concorrência desenfreada, concentração de poder econômico e político – está se tornando cada vez mais predatório. Tendo perdido a hegemonia em sentido moral, gramsciano, os Estados Unidos passam a se comportar de forma cada vez mais arrogante, com interpelações aos poderes associados e exageros para todos os lados. Querem que todos se submetam. Ninguém consegue governar o mundo dessa maneira. O império expandiu-se demais.

COFECON: *Para onde vamos?*

CONCEIÇÃO: Não é o caso de especular. O futuro se mostrou muito mais imprevisível do que se pensava. No começo da década de 1980, poucos viam a possibilidade de uma forte retomada da hegemonia americana, ninguém imaginava que o grande milagre tecnológico do segundo pós-guerra – o Japão – iria capotar, e muito menos que o império soviético cairia tão rapidamente, estilizando um grande Estado e a própria sociedade. No entanto, a perda de hegemonia moral da ex-URSS sobre os países socialistas já datava da década de 1960.

Podemos dizer que a nova ordem será marcada pelo confronto intercapitalista, sobretudo na Ásia. As

implicações geopolíticas na Ásia são também cruciais, porque envolvem dois impérios, um muito antigo, a China, onde o Ocidente nunca penetrou profundamente, e um muito moderno, os Estados Unidos, herdeiro da tradição anglo-saxônica, pretensamente global. São países e economias continentais, que no século XXI vão se envolver em um jogo sem precedentes históricos. Todos reconhecem que a China não é internamente um país capitalista, embora sua inserção mundial no sistema capitalista seja crescente. Ninguém sabe defini-la bem. É lá que a Microsoft está desenvolvendo novos *softwares*. Lá está a maior taxa mundial de expansão da Internet e de telefones celulares. Que efeito essa revolução geral nas telecomunicações terá sobre a China? Ela é a maior receptora de capitais globais, depois dos Estados Unidos. O que vai acontecer naquela civilização? A geopolítica do próximo período dependerá das relações entre Estados Unidos e China, de um lado, e de como evoluirão a crise russa e as relações geopolíticas européias, de outro. O jogo, agora, se joga entre continentes. Dois deles têm comando centralizado. A Europa está sujeita a todo o tipo de concorrência e diplomacia, e seu processo de centralização é duvidoso.

COFECON: *Assim, o destino da Europa continua relevante?*

CONCEIÇÃO: Ela não saiu da história, pois sua herança é muito forte e é um território central para a geopolítica. Mas seu destino, hoje, parece muito incerto. Até agora, o



Foto: Paulo Rodrigues

euro foi um fracasso. A grande praça financeira de Londres permanece seguindo a orientação americana. E pesa sobre o continente a questão russa, que é sériíssima, tanto do ponto de vista econômico e social como geopolítico.

COFECON: *Qual a posição do Brasil nesse cenário?*

CONCEIÇÃO: Por maiores erros que tenha cometido, Mao Zedong pelo menos deixou a China em condições de entrar no jogo, de negociar. Aqui ocorreu o contrário. Fernando Henrique Cardoso é um proconsul do império americano. Vem entregando todas as posições comerciais, financeiras, produtivas e, lentamente, as geopolíticas, no sonho de conduzir a integração sul-americana ao Império. Não temos nada a negociar, nunca fomos tão dependentes. Pode-se dizer que vivemos uma regressão em relação ao século XX e mesmo ao final do século XIX.

Somos o segundo maior produtor de commodities agrícolas e industriais, atrás apenas dos Estados Unidos. A Ásia, particularmente a China e o Japão, são os maiores demandantes. O império americano está arbitrando como deve repartir esse mercado com sua neocolônia. Está comprando o nosso *agribusiness*. Quando éramos primário-exportadores de café, atuávamos em primeira linha no mercado mundial, com apoio do capital financeiro inglês e depois norte-americano. Agora, corremos o risco de retornar a uma posição primário-exportadora, mas como mercado de segunda linha. Chega a ser patético.

ENTREVISTA

COFECON: *Você não fez referência à revolução tecnológica, considerada por muitos como o principal motor das transformações.*

CONCEIÇÃO: Do ponto de vista da capacidade de transformar a velha economia, a atual revolução tecnológica ainda não demonstrou ter o mesmo fôlego da Segunda Revolução Industrial. Ela tem transformado profundamente, antes de tudo, a superestrutura, a informação, as possibilidades de reorganizar o controle da mídia e do capital. Mesmo a confusão que se instalou no mundo financeiro tem menos a ver com inovações tecnológicas do que com a ruptura do padrão monetário antes dominante, centrado no dólar. Isso nos remeteu para uma macroeconomia da riqueza financeira – e não mais para a macroeconomia da renda e do emprego –, num contexto de brutal concentração e centralização de capitais. Hoje, fazem-se fusões com endividamento de curto prazo, coisa inédita, e ninguém sabe que nova arquitetura financeira poderia segurar esse sistema que aí está.

Para nossa economia periférica, o novo ciclo tecnológico e de fusões traz uma consequência importante: ele se baseia em filiais que se deslocalizam com rapidez. Uma fábrica, ou uma empresa, pode instalar-se e desinstalar-se em um lugar qualquer em poucos anos. Não mais teremos novas fábricas fixas de grande porte, que se integram à paisagem por décadas.

COFECON: *Quais seriam as nossas vantagens? Que ponto de partida temos para alterar esse quadro?*

CONCEIÇÃO: Temos energia, recursos naturais, população em escala adequada, potencial manufatureiro herdado da Segunda Revolução Industrial e capacidade de aprendizado. No século XX, fomos treinados por todos os países avançados do mundo. Para cá vieram todas as técnicas manufatureiras. Aprendemos a aprender. Por isso, a questão da tecnologia, embora séria, não me preocupa muito. O problema é que paramos na condição de produtores (de segunda linha) de *commodities* que as grandes nações, sobretudo os

EUA, também produzem e não resolvemos nenhum dos nossos problemas estruturais, de natureza histórica. Nossa estrutura produtiva é idêntica à estrutura produtiva velha dos Estados Unidos. O que não temos é a nova economia deles, nem – por suposto – o poder financeiro e militar.

A essas questões de fundo, somamos recentemente um brutal desequilíbrio macroeconômico. O coeficiente de importações dobrou, estamos com uma restrição externa selvagem. Os empreendimentos industriais em vias de implantação, quase sempre, destinam-se a fazer montagem, com tecnologia e equipamentos de fora. A agregação de valor é feita lá. Isso não nos levará longe. Não somos o México. Somos um país continental e não temos fronteira com os Estados Unidos.

COFECON: *Como lidar com isso?*

CONCEIÇÃO: Nossa transição democrática não resultou nem na democracia que queríamos nem em uma nação independente. Precisamos deixar de ser tão caricatos e reaprender a olhar para nós, perguntar em que somos diferentes, em que podemos ousar. Temos imensas questões não resolvidas: a da terra, a das políticas sociais, a da infra-estrutura, a da Federação, a da reestruturação do Estado e de sua efetiva implantação nas áreas de colonização recente e até mesmo nas periferias das grandes cidades. Precisamos também lembrar que não somos uma realidade homogênea: Rio Grande do Sul, São Paulo, Acre e Ceará são coisas diferentes. Precisamos olhar regionalmente o país. Isso implica revalorizar um ponto de vista em que população e território estejam no centro das preocupações dos poderes públicos. Como é possível que, em um país deste tamanho, as pessoas não tenham onde morar e trabalhar? Podemos melhorar as condições de vida do nosso povo sem depender de um só dólar e sem essa supervalorização da tecnologia ultramoderna. Precisamos, por exemplo, pensar seriamente no crédito, pois não temos o modelo anglo-saxônico de mercado de capitais. Os economistas deveriam vol-

tar a olhar para essas coisas, de preferência debruçados sobre o mapa do Brasil.

No período que está se abrindo, não são previsíveis os rumos da revolução tecnológica sob controle dos grandes grupos internacionais ou o futuro do império americano. Teremos que negociar com essas realidades. Mas podemos tirar proveito de uma ordenação das distintas realidades nossas, dos movimentos de luta pelos direitos político-sociais que estão em curso, impulsionados pela sociedade, especialmente pelos de baixo. Há, por exemplo, um movimento de ocupação territorial, feito pelo povo brasileiro nas regiões de fronteira, há o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, há governos locais debruçados sobre os problemas reais de alguns pedaços do nosso território e da nossa população urbana. Mas nada disso comove nossos tecnocratas, todos com a cabeça lá fora.

COFECON: *Você concorda com a idéia de que há sinais de uma retomada do crescimento, de que podemos estar iniciando um novo ciclo?*

CONCEIÇÃO: Crescer 4% não resolve nada. E logo aparecem as restrições externas, pois explodem as importações, inclusive de bens intermediários. Desnacionalizaram quase tudo. Há vinte anos não temos nenhum ciclo de expansão econômica, no sentido rigoroso do termo. Tivemos alguns miniciclos de reativação, puxados pelo consumo, em geral associados a um plano de estabilização ou à expansão da liquidez provocada pela entrada livre de capitais. Como falar agora em crescimento sustentado, se não recuperamos sequer o nível de atividade industrial que se seguiu ao último plano? Apesar de uma entrada gigantesca de recursos externos, não voltamos nem à taxa de investimento correspondente ao Plano Cruzado nem ao nível de consumo correspondente ao Plano Real. A maior parte desses recursos está apenas comprando instalações, públicas e privadas, que já existiam. Um novo ciclo de expansão dependeria, por exemplo, de reorientar as estruturas de financiamento para políticas de inclu-

são social e para pesados investimentos em infra-estrutura, energia elétrica, transporte de massas, saneamento, de modo a fazer o que não se fez na última década.

A novidade é que estamos saindo de uma tríplice crise financeira: a russa, a asiática e a nossa, que resultou na desvalorização do Real. Mas, tanto pelo lado do gasto público como pelas restrições do balanço de pagamentos, a situação não é favorável à sustentação do crescimento. Ela dependerá, em larga medida, do comportamento das *commodities*. Quanto a isso, há pelo menos três complicadores. Primeiro: como já disse, hoje somos mercado de segunda linha. Segundo: a desindustrialização dos países da periferia resultou em aumento da oferta mundial desses bens. Terceiro: em termos de câmbio, estamos em uma área ruim, a do dólar. O dólar está valorizado em relação ao euro e a várias moedas asiáticas, o que não nos é favorável; se ele se desvalorizar, pode ocorrer uma crise financeira mundial, e a concorrência vai ser pesadíssima entre nós e os americanos. Poderíamos “desengatar”, mas teríamos de ter o controle do comércio, da moeda e do crédito, pelo menos.

COFECON: *Quais as perspectivas de superar o estrangulamento externo?*

CONCEIÇÃO: O saldo comercial tem sido frustrante. E, quando a indústria se recupera, as importações tendem a crescer em um ritmo equivalente ao dobro do incremento da produção. Não há saída visível através de um crescimento expressivo das exportações conjugado com uma rápida substituição de importações, ou seja, através da balança comercial. Para evitar uma crise financeira e cambial pesada, o modelo atual supõe uma entrada permanente e crescente de capitais, atualmente da ordem de US\$ 55 bilhões (US\$ 25 bilhões para o déficit de transações correntes e US\$ 30 bilhões para financiar as amortizações). Em 2001, teremos de receber entre US\$ 55 bilhões e US\$ 60 bilhões, para refinar os serviços financeiros externos (juros, lucros e amortizações), que tendem a cres-

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Mundo em descontrole
de R\$ 18,00 por R\$ 12,60
A terceira via
de R\$ 25,00 por R\$ 17,50

• Aspectos morais do crescimento econômico

— Barrington Moore Jr.
De: R\$ 28,00 por: R\$ 19,60

• O mercado futuro e de opções

— Octavio Bessada
De: R\$ 25,00 por: R\$ 17,50

• Falso amanhecer

— John Gray
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60

• Destruição não criadora

— Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada
— Maria da Conceição Tavares
De: R\$ 28,00 Por: R\$ 19,60

• Cinquenta anos de pensamento da CEPAL — (volumes I e II)

— organizado por Ricardo Bielschowsky
De: R\$ 40,00 Por: R\$ 28,00 (cada)

• Por uma outra globalização

— Milton Santos
De: R\$ 20,00 Por: R\$ 14,00

• O livro negro do capitalismo

— Organizado por Gilles Perraut
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00
Telefone: (21) 232-8178

— ENTREVISTA —

cer na medida em que aumentam os passivos externos. Sob esse ponto de vista, a pergunta relevante é: vamos contar com esses recursos nos próximos dois anos? Talvez sim, talvez não. Depende dos investidores estrangeiros, depende da conjuntura mundial. Se a conjuntura ficar bem-comportada, nos converteremos de fato em domínio colonizado.

COFECON: O que você quer dizer com isso?

CONCEIÇÃO: As pessoas ainda não se deram conta do tamanho do desastre. O Brasil perdeu qualquer veleidade de autonomia. Os investimentos produtivos novos, programados para os próximos anos, só absorvem cerca de US\$ 5 bilhões por ano. A lógica do modelo pressupõe, portanto, uma privatização e uma desnacionalização selvagem da economia brasileira, além de um aumento da dívida pública interna para poder absorver e esterilizar os outros US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões necessários ao precário equilíbrio das contas correntes. Isso, por sua vez, coloca problemas para mais adiante, pois a remessa de lucros tende a aumentar. Os capitais ingleses que financiaram os Estados Unidos no século XIX ficaram lá, e não havia risco cambial embutido no endividamento externo. Mas agora não é mais assim.

A melhor das hipóteses é a de nos transformarmos em domínio, usado pelo império para regular a oferta e os preços das commodities no mercado mundial, e pagando em dólar as tarifas dos serviços públicos internos. Fora desse cenário, há o de crise, se eles não quiserem ou não puderem nos financiar. Nesse caso, tudo será muito pior que em 1930, quando grande parte da nossa população estava no campo e nossa indústria era incipiente. A crise de 1930 foi resolvida, basicamente, em dois anos, passando por uma rebelião de São Paulo contra o governo central e desdobrando-se depois no Estado Novo. Que novo pacto será possível agora? Será, mais uma vez, um pacto oligárquico, ou nossa população urbanizada exigirá outra coisa? Como a questão da Federação aparecerá, num país tão desigual?

Como se concretizará a agenda que pede a generalização das políticas sociais? E, mais importante: como poderemos assumir o controle da nossa moeda e renegociar a dívida externa para não virarmos novamente colônia?

COFECON: No começo da nossa conversa, você se referiu a um *aguçamento da disputa pela hegemonia, com enfraquecimento dos sinais que apontavam para um domínio unipolar centrado nos Estados Unidos. O Brasil sempre aumentou sua margem de manobra internacional nesses momentos. Isso poderá voltar a ocorrer?*

CONCEIÇÃO: Talvez, mas com menor raio de manobra. Não estamos mais lidando com potências individuais. O sistema internacional passou a organizar-se em torno de espaços continentais. E o nosso espaço continental é periférico. Isso não quer dizer que exista um futuro só, pré-definido. O próprio cenário de domínio contém variantes. O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, por exemplo, foram domínios ingleses e são hoje países que, apesar de periféricos, não são subdesenvolvidos. Isso quer dizer que os Estados Unidos não controlam esses países a ponto de definir seu projeto civiliza-

tório, suas políticas públicas, seu sistema de crédito interno, etc. São democracias com direitos de cidadania social consolidados.

COFECON: Você parece não ver saídas...

CONCEIÇÃO: Ao contrário. Haverá saídas, já que o atual modelo é insustentável e está sendo rejeitado pela maioria da população, o que não acontecia há quatro anos atrás. Não as penso, no entanto, a partir de modelos, como os economistas vulgares. Penso a partir da política. A grande aliança conservadora que levou Fernando Henrique ao poder está se rompendo, e as eleições municipais deste ano abrirão um novo quadro regional, sobretudo em São Paulo, que é decisivo. O poder terá que ser repactuado, mas nenhum modelo do passado se aplica agora. As oligarquias regionais têm sido derrotadas em muitos lugares. A Federação está corroída, e a multiplicação dos conflitos sociais contém em si a possibilidade de rearranjos mais democráticos. É aí, antes de mais nada, que se joga o destino do Brasil. Por isso, são ridículos os economistas que ficam procurando modelos ou afirmando que não há outras saídas, além das que estão colocadas.



Participe do IERJ
Eleições dia
10/11/2000

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Em novembro estaremos realizando um
Curso de Matemática Financeira

Inscreva-se. Vagas limitadas.

Durante o mês de novembro, o IERJ em parceria com o Sindicato dos Jornalistas e a ong Criar Brasil estará realizando às terças e quintas-feiras, no horário de 9h às 12h, um curso de

ECONOMIA PARA JORNALISTAS

Macroeconomia – Indicadores Econômicos
Economia Internacional – Mercado Financeiro

ierj@ax.apc.org • Tel. 509-1077
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro

MESTRADO IBMEC EM ADMINISTRAÇÃO.

FORMAÇÃO INTERNACIONAL SEM SAIR DO BRASIL.



Inscrições para turmas do 1º semestre de 2001 até 01/11/2000

RECOMENDADO PELA
CAPES/MEC

- O Mestrado Profissionalizante em Administração do Ibmec tem opções de dedicação integral e parcial, para você não precisar parar de trabalhar para estudar.
- Programa competitivo e inovador, de padrão internacional.
- Áreas de concentração: Finanças e Tecnologia da Informação.
- Corpo docente com excelência acadêmica e experiência profissional.
- Convênio com instituições nacionais e internacionais.
- Laboratórios equipados com tecnologia de última geração.
- Tudo isso localizado no coração de uma das cidades mais belas do mundo: o Rio de Janeiro.

i Ibmec
A melhor escola de negócios

INFORMAÇÕES: (21) 806-4000 / FAX: 242-3253 • AV. RIO BRANCO, 108 • 15º ANDAR • RIO DE JANEIRO • www.ibmec.br

ARTIGO

por Mirelli Malaguti e Camilla Borges Sampaio

A dívida do município do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas

Devido ao pleito eleitoral deste ano, evidenciou-se a discussão em torno do endividamento do município do Rio de Janeiro. Assim, polemizando o equacionamento mais coerente desta dívida, diante da situação econômica da cidade, de forma a não comprometer a sua capacidade de investimento.

A discussão, entre os candidatos, vista em todos os jornais de maior circulação na cidade, está em torno da responsabilidade da contratação e administração desta dívida e ainda a viabilidade de pagá-la.

Atribui-se ao ex-prefeito César Maia a responsabilidade inicial deste endividamento, visto que a última emissão de títulos municipais – os carioquinhos – foi feita no seu mandato, em 1993. Da mesma forma responsabiliza-se o atual prefeito, Luiz Paulo Conde, de negociar a dívida com a União de maneira a comprometer a prefeitura com uma meta de difícil realização.

É relevante a forma pela qual a expansão dos gastos é financiada, tendo diferentes repercussões quanto ao grau de desenvolvimento e poder de intervenção dos serviços públicos na sociedade. O endividamento público não deve ser considerado prejudicial ao Estado desde que não comprometa a capacidade de investimento futura e a manutenção da máquina estatal, e que seja feita em benefício da população.

Segundo Spaventa¹ “surge um problema com a dívida pública quando os agentes começam a perder confiança na habilidade do Estado de cumprir com o serviço da dívida”. Isto leva a descredibilidade na capacidade do governo em cumprir seus compromissos.

O não cumprimento de débitos dos governos faz necessária a negociação do montante da dívida pelos seus sucessores, através de refinanciamento (rolagem da dívida). A consequência, em geral, é a elevação da taxa de juros – como forma de elevar o prêmio do credor – e a efetivação de um ajuste, com todo o seu componente recessivo.

Em virtude do caminho da política econômica optado pelo governo do presidente Fernando Henrique e sua equipe econômica nos últimos anos, baseada na busca de uma moeda estável, às custas da emissão de títulos vinculados a altas taxas de juros para acumulação de divisas, acarretou o crescimento do endividamento brasileiro. Esse endividamento público colocou o país em uma posição frágil, de desconfiança no cenário mundial, chegando a uma situação insustentável.

Para a manutenção dessa política o Governo Federal teve que pedir empréstimos internacionais – ao FMI – além de rever algumas de suas principais variáveis econômicas, como a desvalorização do Real e a diminuição das taxas de juros. Esta ajuda veio, em contrapartida, com um acordo segundo o qual o governo teria que cumprir metas estabelecidas pelo FMI, as quais têm como objetivo principal garantir o pagamento da dívida pública brasileira.

Dentro deste cenário havia a necessidade de dimensionar a dívida pública total – dívidas federais, estaduais e municipais, e a criação de mecanismo de controlá-la – através do instrumento legal, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei estabelece princípios e normas de um regime fiscal que

busca transparência nas contas públicas e unificação dos modelos das prestações de conta das esferas governamentais (União, Estado e Municípios). A lei cita pontos-chaves da administração pública como endividamento, gastos de pessoal, administração financeira e patrimonial etc.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece um limite máximo ao montante da dívida para União, Estados e Municípios; proíbe que os governos contratem empréstimos para cobrir despesas de pessoal; proíbe qualquer tipo de empréstimo junto ao Banco Central; coloca que as operações de antecipação de receita têm que ser liquidadas até 15 de dezembro, no último ano de mandato (para evitar o repasse de dívidas para os sucessores); permite ao poder executivo fazer cortes automáticos nos três Poderes caso a despesa ultrapasse em cada trimestre o limite fixado no orçamento, e determina que gastos de longo prazo (mais de três anos de duração) só poderão ser fixados havendo também a vinculação de uma receita também de longo prazo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas que impedem a política de endividamento da máquina sem perspectivas de pagamento, o que tornava a rolagem da dívida uma necessidade, e assim dando entrada em processo de endividamento “infinito”, e a um crescente gasto com encargos. Desta maneira comprometendo o nível de investimentos para a melhoria e extensão dos serviços públicos. Esta política também eximia o governante de responsabilidade, já que a dívida poderia ser contraída em um mandato e deixada para o próximo governo

equacioná-la, sem prejuízo ao verdadeiro responsável. Um dos pré-requisitos para a aplicação desta nova lei de controle das contas públicas era o equacionamento das dívidas nas esferas estaduais e municipais.

Este caminho da política econômica federal refletia então na relação de uma nova política pública, da União, internacional e nacional. O Governo Federal então lançou um programa de subsídio das dívidas estaduais e municipais, federalizando essas dívidas, desvinculando-as das altas taxas de juros (selic), cobrando juros menores e alongando os prazos de pagamento. A partir deste momento o governo central acredita que os outros entes da federação teriam condições para equacionar suas dívidas e cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso do Rio de Janeiro a dívida fundada da prefeitura em dezembro de 1999 totalizava R\$ 4,03 bilhões, dos quais R\$ 3 bilhões foram assumidos pela União. Desta forma o município terá maiores prazos – em torno de trinta anos – para seu pagamento a menores taxas de juros.

A negociação da dívida com a União começou em julho primeiramente com a dívida mobiliária, e seguida, em setembro, da dívida contratual. A princípio a prefeitura poderia negociar a dívida a juros de 9% a.a. ou 6% a.a., mais correção pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI). O preço da segunda opção, no entanto, seria o compromisso de pagar 20% da dívida (o que corresponde a R\$ 650 milhões) até março de 2002, além do pagamento dos juros que somam R\$ 350 milhões, o que resultaria na saída de R\$ 1 bilhão. E caso não con-

ARTIGO

seguisse alcançar esta meta a dívida voltaria incorrer aos juros da taxa selic, que se encontra atualmente em 19%, o que tornaria a dívida impagável.

Em função deste risco a prefeitura optou pela taxa de 9% a.a. com maiores prazos para amortizações. Com o desenvolvimento do processo de negociação das dívidas municipais foi votada – e aprovada – uma medida provisória, em abril de 2000, permitindo a redução das taxas para 6% e suprimindo a cláusula que vinculava o saldo à selic. Diante disto a prefeitura carioca, dentre outras, buscou a renegociação do acordo para queda dos juros (de 9% para 6%). No entanto a escolha desta taxa continua exigindo da prefeitura a quitação de 20% da dívida até 2002, e caso o município do Rio não consiga cumprir este acordo a diferença deverá ser recalculada e a variação de juros incorporada ao saldo devedor.

A dívida municipal carioca deve ser compreendida pela evolução da dívida mobiliária e contratual, na sua origem interna e externa. (vide tabela)

A dívida mobiliária até o final de 1992 era de R\$ 441 milhões, quando o ex-prefeito Marcelo Alencar acaba seu mandato. Em março de 1993 são emitidos títulos no valor de R\$ 239 milhões, na gestão do então prefeito César Maia. Deste momento em diante não foram emitidos novos títulos, sendo feita apenas a reemissão dos títulos no mercado, ou seja, a rolagem da dívida em quase sua totalidade (em torno de 95%). Na verdade, estes títulos foram mantidos em carteira até 1995, quando passaram a ser colocados no mercado, momento no qual a taxa selic alcançava o patamar de 25%. O crescimento da dívida deve-se às altas taxas de juros às quais esta estava vinculada (taxa selic).

Quando César Maia terminou

seu mandato a dívida em títulos estava em R\$ 1,7 bilhão, ou seja, teve crescimento de 387%. O aumento, desta parte da dívida, verificado nos três primeiros anos da gestão Conde, caiu pela metade (150%), devido, principalmente, a uma queda na taxa selic. Em 1999 os títulos no mercado somavam um total de R\$ 2,6 bilhões e foram assumidos pela União em sua totalidade.

A dívida contratual está concentrada em geral em empréstimos com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com taxas de juros mais baixas e prazos mais longos que os da dívida mobiliária. Esta dívida está diretamente ligada à ações governamentais específicas tipo “Programa de Assentamentos Populares”. É importante considerar para análise de suas variações que parte desta dívida era indexada na moeda americana.

Em 1993 o governo de César Maia assume a prefeitura com uma dívida contratual de R\$ 545 milhões, que não teve grande expansão até o ano de 1997. O decréscimo de 1996 está diretamente ligado à valorização do Real. A partir de 1998, para a expansão do programa Favela-Bairro, a prefeitura solicitou e conseguiu R\$ 147 milhões em empréstimos junto ao BID destinados a este programa. A dívida contratual em 31/12/1998 somava um total de R\$ 850, mas com uma nova variação do câmbio, sendo um período de forte desvalorização do Real – em torno de 18% – em apenas seis meses ela variou em 25%, chegando a R\$ 1,061 bilhão, mesmo tendo tido apenas R\$ 51 milhões de entradas.

Em setembro de 1999 a União assume as 33% desta dívida, ou seja, um total de R\$ 348 milhões, que corresponde a dívidas firmadas com o BNDES (R\$ 7.288.637,97) e a CEF (R\$ 340.666.147,29).

Saldo em Dezembro	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Dívida Fundada	986	1.383	1.845	2.167	2.361	2.693	3.327	4.070
Dívida Mobiliária	441	809	1186	1482	1706	1990	2477	0
Dívida Contratual	545	574	659	685	655	703	850	4070
Taxa Selic (real %)	33	17,8	45,4	25,3	16,4	18,9	26,7	15,3

Fonte: www.rio.rj.gov.br

O que será colocado em xeque para a próxima administração carioca é o cumprimento do acordo feito com União. De forma que em 13 meses de mandato o próximo prefeito terá que despender R\$ 1 bilhão, o que representa quase 20% do orçamento carioca para o ano de 2001.

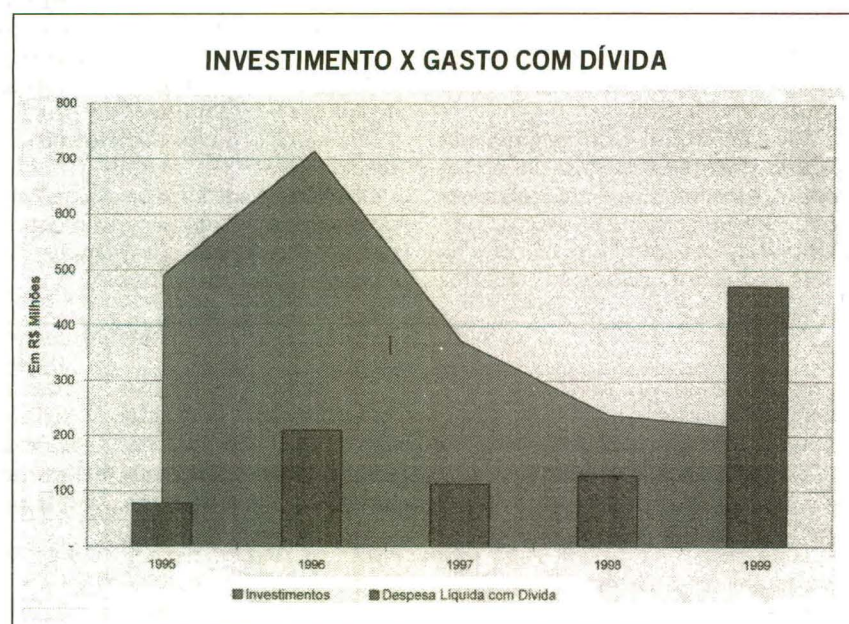
A discussão vem se acirrando, pois o município do Rio não tem recursos suficientes, nem próximos, para o pagamento desta parcela da dívida. A não ser que se promovam grandes cortes orçamentários em todos os setores governamentais comprometendo o nível de gastos na manutenção e extensão dos serviços públicos.

Desde 1995 o caminho traçado pelo nível de investimento em relação ao gasto com a dívida (vide gráfico) é de decréscimo. O ano de 1996 (ano eleitoral) foi o único marcado por um aumento dos investimento na cidade, também acompanhado por um aumento mais do que proporcional dos gastos líquidos com dívida (amor-

tização + encargos – carioquinhãs). Esta tendência é verificada em todos os anos, de forma que os gastos com dívida caminham em um sentido crescente, e o nível de investimento decrescente.

No ano de 1999 com a negociação da dívida, que busca o pagamento da mesma, a saída de recursos aumenta, para o cumprimento deste acordo fixado, com o sacrifício de outra despesa. Neste ano o investimento foi de R\$ 212 milhões, um decréscimo de 57%, e os gastos líquidos com a dívida foram de R\$ 471 milhões, um crescimento de 610%, ambos em relação a 1995. Diante desta situação, o nível de investimento e dos gastos de manutenção, extensão e melhoria dos serviços públicos, está sendo comprometido.

Caso esta política municipal permaneça, segue-se a tendência do aumento crescente dos gastos com a dívida para os próximos 30 anos. Em um período de acentuada recessão faz-se urgente a reversão desse panorama.



Mirelli Malaguti é estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Camilla Borges Sampaio é economista. Ambas são integrantes do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro. ¹ (1998, p.15)

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Veja nesta mês: a influência do Fundef nos gastos de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino.

O Fórum Econômico Mundial X Fórum Social Mundial com a participação do Fórum Popular do Orçamento.

A resposta do Fórum às considerações sobre o orçamento do secretário da Receita Federal. Colocamos mais um instrumento para a transparência do orçamento municipal. E ainda mudanças na legislação dos gastos com saúde.

FUNDEF: COMPLEMENTAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO?

No Ato das Disposições Transitórias da Constituição (ADTC), em seu art. 60, está prevista a criação de um fundo de natureza contábil, o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) com o "objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério" (art.60, caput). Estabelecido em âmbito estadual e no distrito federal (art.60 §1º), a contribuição das três esferas de governo- federal, estadual e municipal, ao fundo visa "garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente." (art.60 § 4º).

No entanto, o Fórum Popular do Orçamento através da análise das contas municipais constatou que o advento do Fundef, em vez de somar-se às dotações para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), substituiu porção considerável da parcela do Orçamento dedicada a essa ação governamental. A própria lei que dispõe sobre o Fundo (nº 9.424/96), em seus arts. 8º e 10º, inciso I, prevê o efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da CF. Ou seja, os estados, distrito federal e municípios não estão desobrigados de destinar, no mínimo, 25% de suas receitas oriundas de impostos e transferências à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Para a análise dos dados (contidos na tabela) é relevante levar em consideração que, até 1998, a prefeitura era obrigada pela Lei Orgânica Municipal aplicar 35% e não 25% do total das receitas provenientes de impostos. A partir de 1999, o prefeito conseguiu na Justiça a diminuição do valor determinado para 25%, que é o **mínimo** estabelecido pela Constituição Federal.

No demonstrativo do cumprimento constitucional da Prefeitura das despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, presente na prestação de contas (vide quadro 1), os cálculos da prefeitura carioca não estão conforme

entendemos que a lei determina, já que o Fundef está entrando nos cálculos como parte do montante dos 25%. O que se constata de fato é que a entrada deste fundo, está servindo para diminuição dos recursos próprios da prefeitura destinados aos gastos com MDE.

O jornal "O Globo" de 13 de setembro último, em matéria sobre os gastos com Ensino, com dados do Fórum Popular do Orçamento, compara a quantidade de recursos próprios gastos nesta área antes e depois da criação do Fundef. Apesar do valor nominal despendido com Ensino ter aumentado, a saída de recursos próprios tem diminuído em função do Fundef. A secretária de Fazenda municipal, Sol Garson, escalada para rebater nossa afirmação, "disse que o Fórum enganou-se porque parte do Fundef (um terço) é proveniente dos próprios cofres municipais".

Entre 97 e 99 a receita do município, oriunda de imposto, que serve como base de cálculo para o cumprimento da lei com gastos em MDE, cresceu de R\$ 1,98 para R\$ 2,57 bilhões (ver na tabela item C), ou seja, teve um crescimento de 20%. No mesmo período, os recursos próprios destinados a MDE foram de R\$ 710 para R\$ 486 milhões (ver tabela item D).

Mesmo que considerando o argumento da secretária de Fazenda, se somarmos à receita de impostos a contribuição do município ao Fundef e fizermos desse total a base do cálculo legal dos 25%, chegaremos ao valor de R\$ 629 milhões, (por exemplo: 1999), e somarmos o repassê do Fundef (B) chegaremos a um total mínimo de R\$ 891 milhões (G), diferente do valor despendido no mesmo ano de R\$ 869 milhões (E). Em 1999, então, o município deixou de aplicar R\$ 22 milhões destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De fato, desde 1998, verifica-se um significativo decréscimo dos recursos próprios despendidos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

	1997*	1998*	1999**	2000** (Orçado)
A - Contribuição municipal ao Fundef	-	107.533.761	121.042.545	133.050.000
B - Recursos provenientes do Fundef	-	249.063.416	262.407.693	253.432.000
C - Total da Receita de Impostos (art.212)	1.985.651.253	2.090.981.751	2.394.901.433	2.576.100.000
D - Total Gasto com Recursos Próprios	707.268.829	515.795.960	486.459.048	593.766.880
E - Total efetivo aplicado em MDE	707.268.829	872.393.137	869.909.286	980.248.880
F - % Mínima da Lei em relação a Receita de Impostos (art.212)	694.977.939	731.843.613	598.725.358	644.025.000
G - % sobre (Total da Receita + Contribuição ao Fundef) + Fundef [%.(A+C)+B]	-	1.018.543.845	891.393.687	930.719.500
H - % Mínima em relação a Lei + Fundef (A+B+F)	694.977.939	1.088.440.790	982.175.596	1.030.507.000

* Ano com limite 35%

** Novo limite 25%

Fonte: Prestação de Contas dos exercícios de 1997, 1998, 1999 e Lei Orçamentária de 2000.

NOSSO FÓRUM NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O I Fórum Social Mundial ocorrerá de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, com o objetivo de estabelecer um novo espaço internacional de reflexão e organização de todos que se contrapõem ao "pensamento único", nos diferentes países do mundo, e estão construindo alternativas às políticas neoliberais, priorizando o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados financeiros em cada país e nas relações internacionais. O evento será realizado na mesma data em que em Davos, Suíça, deverão se reunir os que promovem a atual ordem mundial, no Fórum Econômico Mundial.

É com prazer que noticiamos que o Fórum Popular do Orçamento do Rio foi convidado a participar e se fará presente. A primeira reunião do Comitê Rio acontecerá em nossa sede no dia 10 de outubro às 16 h.

Para novas e outras informações sobre o evento vá ao sítio: www.forumsocialmundial.org.br ou www.worldsocialforum.org.

O FÓRUM RESPONDE O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

Reproduzimos abaixo mensagem eletrônica enviada em 18 de setembro do corrente ao Jornal do Brasil.

O Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro vem se pronunciando sobre a afirmação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre o Orçamento Público publicada na coluna Informe Econômico, assinada por Ana D'Angelo, de 18/09/00. Segundo o secretário, "Não é tradição brasileira ter um orçamento efetivo. Não quer dizer nada". De fato, verifica-se na esfera municipal a validade do seu julgamento. No entanto, o seu argumento de que a discrepância entre o orçamento aprovado para um exercício e aquele apurado na Prestação de Contas se deve às trocas de moedas não se sustenta. Desde 1994, o país tem por moeda o Real e não há perspectivas de alteração. Pela experiência do FPO, que há cinco anos acompanha o Orçamento do Rio de Janeiro, a peça orçamentária é fictícia sobretudo em função das alterações realizadas pelo Poder Executivo ao longo do exercício. O FPO atua justamente no sentido de democratizar o orçamento, para que ele seja um efetivo instrumento de planejamento e de controle público, refletindo as prioridades da sociedade.

O ORÇAMENTO CARIOCA NA INTERNET

É no sentido de tornar o orçamento municipal, "mais" público, que o Fórum e o Ibase uniram esforços e colocaram à disposição as despesas do orçamento na homepage do Ibase. Através de um banco de dados é possível fazer consultas sobre a previsão de gasto de todos os programas de trabalho da prefeitura, além das alterações sofridas, pelos remanejamentos até junho. Esperamos que este trabalho seja útil para o acompanhamento das políticas públicas. As consultas podem ser feitas no sítio do Ibase: www.ibase.br e futuramente no sítio do Fórum: www.economistas.com.br/forum.

EMENDA INSTITUI GASTO MÍNIMO PARA A SAÚDE

A promulgação da Emenda Constitucional nº29 estabeleceu um gasto mínimo "para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde" através da vinculação de um percentual sobre os impostos arrecadados. A mesma emenda possibilita a progressividade do IPTU.

Esta vinculação pode ter diversas implicações sobre os gastos reais com saúde no município do Rio de Janeiro. Na nossa próxima página, analisaremos as despesas com Saúde e possíveis impactos com a implementação da emenda.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti, Mayra Juruá e Fernanda M. Jones Náder, sob supervisão de Luiz Mário Behnen. Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ

CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org • Home page: <http://www.economistas.com.br>

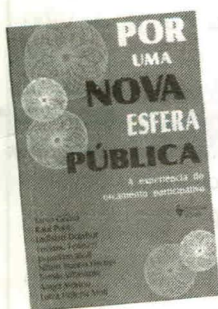
Lista de discussão do Fórum: forumrio@riots.com.br

ABRE ASPAS



AS REGRAS DO JOGO – O PLANO REAL: 1997-2000, de Jorge Vianna Monteiro – Editora FGV/lançamento/2000. O livro dá prosseguimento às análises efetuadas em *Economia & política: instituições de estabilização econômica no Brasil (FGV, 1997)*, onde a trajetória da economia brasileira é mapeada de 1993 a 1996. O presente livro cobre o período que se estende de 1997 ao primeiro semestre de 2000. Entre outros aspectos, o livro destaca a instabilidade das instituições políticas, a elevada e sustentada desproporção entre a quantidade de medidas provisórias emitidas pelo Executivo e a de leis aprovadas pelo Congresso Nacional, e a forte concentração de poder decisório público na burocracia federal – o que estimula uma ativa movimentação dos grupos de interesses, em busca de atendimentos preferenciais. Outro aspecto é a continuada e unilateral redução das liberdades econômicas, agentes privados que passam a ter como árbitros agentes públicos que sequer detêm mandato eletivo. Em verdade, o autor aponta para uma perigosa inversão: pratica-se a Constituição que possa viabilizar as preferências econômicas de quem detém o mando político. *As Regras do jogo* é, enfim, um livro sobre o complexo fenômeno do governo representativo em uma economia em transformação. **Informações adicionais:** editora@fgv.br

CADERNOS TEMÁTICOS: BRASIL Sustentável e Democrático – Sustentabilidade Energética no Brasil – Limites e possibilidades para uma estratégia energética sustentável e democrática, de Célio Berman e Osvaldo Stella Martins. O Projeto Brasil Sustentável e Democrático tem o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e representa o esforço compartilhado de um grupo de cinco organizações não-governamentais e dois centros universitários que formam a sua coordenação institucional: AS-PTA, FASE, IBASE, IEE-USP, IPPUR/UFRJ, PACS e REDEH. A gestão do projeto está a cargo da FASE. Além disso, tem a parceria da Fundação Heinrich Böll e da Fundação Ford, participando de articulações internacionais de discussão que incluem a rede europeia dos "Amigos da Terra", o Instituto Wuppertal da Alemanha, a "New Economic Foundation" da Inglaterra e a Fundação "Redefining Progress" dos Estados Unidos, entre outras. **Informações adicionais:** brsust@fase.org.br



POR UMA NOVA ESFERA PÚBLICA: a experiência do orçamento participativo – Editora Vozes/Petrópolis/2000 - Organizadores: Nilton Bueno Fischer e Jaqueline Moll. O livro tem eixos de reflexão relacionando Sociedade Civil e Estado. Mostra o orçamento participativo como uma experiência exitosa de gestão da coisa pública e sinaliza para a possibilidade e avanço na participação popular através da democracia participativa. Produz consensos e mostra o sentido de soberania popular. Crítica a privatização do Estado tanto por grupos econômicos, como pelos interesses corporativos e burocratizados dos funcionários. O orçamento participativo, organizado na cidade de Porto Alegre a partir de 1989, proporciona uma inovadora experiência de democracia direta, estas práticas e suas consequências foram discutidas por ocasião de um seminário realizado nesta cidade sobre *Democracia Participativa*. Suas reflexões e questionamentos estão aqui publicados. **Informações adicionais:** Editora Vozes Ltda. Rua Frei Luís, 100 – Petrópolis/RJ – Internet: <http://www.vozes.com.br>

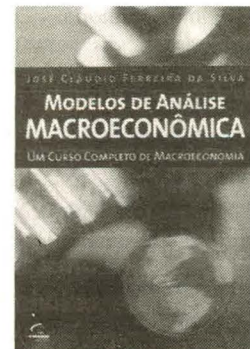
REVISTA DE LA CEPAL, Nº 71/Agosto de 2000, Santiago de Chile – Director Oscar Altimir; Secretário Técnico: Eugenio Lahera. A presente publicação é a segunda de uma série de três números lançados anualmente pela CEPAL. Os temas abordados são respectivamente: El papel del Estado y la calidad del sector público (Vito Tanzi); Efectos del crecimiento y las reformas económicas sobre la distribución del ingreso en América Latina (Samuel A. Morley); La educación y la distribución del ingreso en el Brasil urbano, 1976-1996 (Francisco H. G. Ferreira y Ricardo Paes de Barros); Cambios estructurales y productividad en la industria latinoamericana, 1970-1996 (Jorge Katz); Cambio tecnológico y dinámica industrial en América Latina (Gustavo Burachik); Creación de competencias en ambientes locales y redes productivas (Gabriel Yoguel); El potencial de puertos pivotes en la costa del Pacífico sudamericano (Jan Hoffmann); El régimen impositivo para la microempresa en Cuba (Archibald R. M. Ritter); Empleo y mercados de trabajo en la República Dominicana: una revisión de la literatura (José R. Sánchez-Fung); La revista en Internet; Publicaciones recientes de la Cepal. **Otras informações:** Unidad de Distribución – CEPAL – Casilla 179-D – Santiago de Chile. E-mail: publications@eclac.cl



ENSAIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – heranças e urgências, de Tânia Bacelar de Araújo – Editora Revan/2000. O livro constitui uma amostra representativa das preocupações da autora e dos grandes debates nos quais ela tem participado nos últimos anos, que abrangem desde questões específicas sobre políticas e planejamento regional e local, a questões voltadas para o conteúdo ou o estilo de desenvolvimento que ocorreu no Nordeste, envolvendo o processo de industrialização, o papel desempenhado pelo setor público, a crescente heterogeneidade da região, além da seca e da fome sempre presentes. A autora também aborda problemas do desenvolvimento e crise do país, a partir das tendências da evolução brasileira, considerando o modelo de desenvolvimento, políticas públicas, estratégias de combate à pobreza e questões da globalização e regionalização, num país de espaço diferenciado e heterogêneo. Além disso, a conjuntura dos anos 90 é abordada sob a perspectiva dos resultados do Plano Real, da reforma do Estado, do comando da economia pelo capital financeiro e dos impactos sobre o ensino, além do exame que faz entre o tema, levemente tratado pelas autoridades econômicas atuais, da relação entre o déficit público e a previdência. O objetivo da autora é o confronto entre as intenções (reais ou aparentes) e os resultados das políticas e dos planos. **Informações adicionais:** editora@revan.com.br

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,
Ferreira da Silva.
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. – De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas – Teoria e Prática* – Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna – textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

ELEIÇÕES 2000

Os Compromissos do Movimento de Renovação dos Economistas do Rio de Janeiro

O Movimento de Renovação dos Economistas nasceu, no final dos anos 70, do esforço de uma geração que, no auge da luta pela redemocratização política do país, reivindicava que este processo viesse a se refletir nos rumos constitutivos da economia brasileira. "Fim do estado de arbítrio", "desenvolvimento econômico nacional", "combate às desigualdades sociais"; eram apenas algumas das bandeiras defendidas naqueles anos - que continuam sendo a expectativa de, acreditamos, milhões de brasileiros. Ao longo destes anos este movimento se firmou e, hoje, desenvolve um trabalho em conjunto com as duas outras entidades da categoria no estado do Rio de Janeiro: Sindicato dos Economistas (SINDECON) e o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ).

Vinte anos depois, ao apresentarmos uma proposta para renovação do terceiro terço do CORECON-RJ, resgatamos as consignas do movimento à luz das profundas mudanças ocorridas no país, em especial nessa última década, tais como: desmatelamento do aparelho do Estado com a maior transferência do patrimônio público feita no regime republicano, maiores taxas de desemprego da economia brasileira, diminuição dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e crescente exclusão social. Vemos assim, atualmente, que ao lado daquelas históricas bandeiras outras emergem como essenciais: defender a economia nacional e o patrimônio público; resgatar a dignidade e a importância dos serviços públicos, de qualidade e universais; recuperar a capacidade de planejamento do Estado como elemento vital do desenvolvimento econômico; democratizar os processos decisórios de gestão econômica e fortalecer as potencialidades do mercado interno do país.

A estas lutas nacionais agregam-se outras dentro da atuação das três entidades representativas da categoria:

RIO DE JANEIRO - Destacamos a especificidade Estado do Rio de Janeiro, vitimado pelo contínuo esvaziamento econômico e políticas públicas, no mínimo, equivocadas. Logo, é nossa obrigação o compromisso de intensificar o debate sobre esta triste realidade na esperança de que surjam propostas capazes de contribuir para a solução deste quadro. Para tanto, proporemos a formação de um centro de informações de dados econômicos que fomenta estudos e discussões para a categoria e a sociedade em geral.

MERCADO DE TRABALHO E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO - Acreditamos que o papel dos economistas na sociedade cresce em importância por sua visão global do sistema sócio-econômico. Neste sentido defendemos a ampliação da atuação do profissional de Economia em nichos do mercado de trabalho hoje restritos a outras categorias. Tal atuação nos obrigará a aumentar a fiscalização do exercício da profissão, que é nosso dever e função primeira. Conseqüentemente envidaremos todos os esforços no sentido de coibir tanto a ocupação predatória, quanto a falta de ética na conduta profissional.

CASA DO ECONOMISTA - Não mediremos esforços na efetiva concretização e revitalização deste importante espaço, duramente conquistado, para a congregação da categoria. Sobre tudo porque possibilitará aumentar a oferta de cursos de atualização, seminários, palestras, além de servir de instrumento para o inter-relacionamento de nossa categoria com a sociedade civil.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - Coadunado a nossa postura frente ao conteúdo e à gestão da política econômica, se faz mister a democratização do processo decisório em todas as instâncias sociais. Entendemos que o

aprimoramento da gestão das entidades representativas da categoria, aponta para a discussão do orçamento participativo, visando a sua implementação.

Com estas propostas, conclamamos os colegas economistas a expressarem a sua concordância não só votando nesta chapa, mas também participando com sugestões e críticas das atividades promovidas pelo CORECON-RJ, SINDECON e IERJ. Com a eleição deste terço o CORECON-RJ, anuncia, orgulhosamente, que terá 1/3 de mulheres de conselheiras titulares. Luta histórica do movimento de mulheres!

Rio de Janeiro,
6 de outubro de 2000.

CONSELHEIROS TITULARES:

Hildete Pereira de Melo, Helena Lastres e Sidney Pascoutto

CONSELHEIROS SUPLENTE:

Luiz Mario Behnken, José Antônio Lutterbach e Júlio Diniz

CONSELHEIRO FEDERAL

EFETIVO indicado:

Reinaldo Gonçalves

DELEGADO-ELEITOR-EFETIVO:

Domar Campos

DELEGADO-ELEITOR-

SUPLENTE:

Ronaldo Rangel

SAIBA COMO VOTAR!

1. Você poderá votar em uma urna que será instalada na sede do CORECON/RJ na Av. Rio Branco, 109/19º andar, no horário de 9:00 às 18:00 horas do dia 26/10/2000 ou;
2. Por correspondência, conforme instruções a seguir:
 - Você está recebendo em sua casa o material de votação;
 - A cédula eleitoral, um envelope branco (onde não deverá constar nenhum tipo de identificação do eleitor) e o envelope carta-resposta.
 - Assinale com um "x" na cédula, o seu voto;
 - Destaque a cédula e insira no envelope branco para preservar o sigilo do voto;
 - Coloque o envelope branco com a cédula dentro do envelope carta-resposta;
 - Cole o envelope carta-resposta e coloque no correio até o dia 20/10/2000.

ATENÇÃO:

- O voto por correspondência somente será computado se chegar à sua mesa eleitoral postado até o dia 26/10/2000;
- A data de postagem e o registro postal serão comprovados pelo carimbo da ECT;
- Quem votar por correspondência não poderá votar na mesa eleitoral sob pena de ter seu voto anulado.

JORNAL DOS ECONOMISTAS RJ
CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.10.2000